



Anais da Assembléia

N. 142

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XLII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 122.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1.987
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes, os seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro Neto, David Cheriegate, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e Pedro Tonelli (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente RE-

QUER, de acordo com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno, Preferência de Discussão e Votação para os projetos.

1) - Projeto de Lei n° 352/87 - que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Alçada;

2) - Projeto de Lei n° 353/87 - que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Justiça;

3) Projeto de Lei n° 350/87 - que visa majorar os vencimentos dos funcionários públicos Civis e Militares do Estado;

4) Projeto de Lei Complementar n° 351/87 - que altera a redação dos incisos IV e V do art. 84, das Subseções IV e V do Capítulo II, Título III e dos Arts. 88 e 89 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82;

5) - Projeto de Lei n° 361/87 - que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n° 8.216, de 31.12.85, que dá disciplinamento do IPVA - imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 364/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar o valor da taxa de esgoto em até 20% do valor da taxa de água.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Normalmente a taxa de esgoto é fixada no mesmo valor da taxa de água, não existindo qualquer outro parâmetro para a determinação da referida taxa. Ocorre, inclusive, o fato de que imóveis que contam com o serviço de água, não contam com serviço de esgoto. Então, muitas pessoas acabam pagando taxa de esgoto sem se beneficiar com o respectivo serviço.

Com a recente elevação dos valores das taxas de água, buscando corrigir algumas distorções, resultou em outra, ou seja, a elevação desproporcional do valor da taxa de esgoto, atingindo, em certos casos, imóveis que têm aquele benefício.

A medida que estamos propondo visa o estabelecimento de um mecanismo que proteja o contribuinte do pagamento de taxas muitas vezes indevidas. Dada a importância

e o significado da matéria, confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 365/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual "31 de Março" APM - com sede e foro em Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Ponta Grossa em 07 de março de 1984, tendo por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família, escola e comunidade.

São ainda, objetivos específicos da APM - I - prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar; II - representar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à direção do estabelecimento, contribuindo para as necessárias adequações dos planos curriculares; III - contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento do estabelecimento escolar; IV - promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-cultural-desportivas.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 366/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam ratificados os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambé, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei torna-se justificável pela necessidade de se desfazer a dúvida existente na Comunidade de Arapongas, no que tange as divisas que cir-

circundam seu território.

O próprio ITCF pesquisou "In loco", chegando a conclusão que após analisar a Lei da Criação dos Municípios (Lei Orgânica dos Municípios) e os respectivos lançamentos gráficos em peças cartográficas, provou-se tecnicamente a existência de conflitos e distorções nas informações, já que alguns moradores consultados pelo próprio ITCF desconhecem a origem de seus Municípios.

Assim sendo, vê-se a oportunidade e a necessidade desta medida aqui apresentada. Por isso, esperamos dos nobres Pares desta Casa o merecido apoio para aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 367/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE FORÇA DA NATUREZA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Força da Natureza, que pretendemos declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 04 de outubro de 1984, é uma Sociedade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, conforme estabelece o seu estatuto. Entre suas finalidades destacamos a luta pelo interesse comum da humanidade em nome de Deus, de conformidade com o Novíssimo Testamento Bíblico.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

Não havendo mais expediente a ser lido, e não havendo oradores nem no Pequeno, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PFL.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação, para os Projetos de Lei nºs 352/87, 353/87, 350/87, de Lei Complementar nº 351/87, e de Lei nº 361/87. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 352/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 120/87), que reestrutura o quadro de pessoal do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em comissão. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Sobre o referido Projeto, emendas de Plenário, em número de 05, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Lauro Lobo Alcântara, constantes do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 352/87

Altera a distribuição do número de cargos nos níveis constantes da Tabela I, do Anexo I.

Art. 1º- A Tabela I do Anexo I, do Projeto de Lei nº 352/87, passa a ter a seguinte redação, em anexo.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

ANEXO I TABELA I GRUPO OCUPACIONAL ESPECIAL CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
Código	Níveis	Denominação dos Cargos	Nº de Cargos	Referência	Classe	Denominação dos Cargos	Nº de Cargos
pj.ta-100	1	Assessor Jurídico	6	PJ-I	I	Assessor Jurídico	12
pj.ta-100	2	Assessor Jurídico	4	PJ-I	II	Assessor Jurídico	05
pj.ta-100	3	Assessor Jurídico	10	PJ-I	III	Assessor Jurídico	05

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 352/87

Inclui Chefe de Divisão na gratificação 1-F, da Tabela II, do Anexo V.

Art. 1º- Inclui na Tabela II, do Anexo V, dentro da Simbologia 1-F, os cargos de Chefe de Divisão.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir, tecnicamente, a proposta Governamental, de vez que, os cargos de Chefe de Divisão pertencem à simbologia 1-F, e por um lapso deixaram de constar na Tabela em questão, conforme comprovada legislação em vigor.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 352/87

Art. 1º- Acrescente-se, onde couber, os seguintes artigos, ao Projeto de Lei nº 352/87.

"Art. ... - Estende o contido no art. 8º, desta Lei, aos ocupantes dos cargos de técnico de controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. ... - A verba de representação de que trata o Art. 3º da Lei nº 8.198, de 17 de dezembro de 1985, fica a partir da publicação desta Lei, estendida aos ocupantes dos cargos de técnico de controle do Tribunal de Contas do Estado".

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O modelo fiscalizador tornou-se altamente heterogêneo e desafiador, exigindo de seus executantes elevado grau de responsabilidade técnica, e conhecimento especializado da área em que atuam.

Exige-se, ainda, a formação e aperfeiçoamento de um funcionalismo eficiente e realizado na carreira, estabelecendo que para a categoria funcional de técnico de controle são necessárias qualificações e atribuições deferidas aos servidores de nível universitário.

E além disso, os requisitos para o exercício dos cargos de técnico de controle do Tribunal de Contas, são análogos aos assessores jurídicos do Poder Judiciário, guardada a peculiaridade técnica entre ambos.

No decorrer do tempo, tem persistido a igualdade de vencimentos entre os cargos de nível superior do quadro de pessoal efetivo do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, assim a medida torna-se justa porque objetiva não só valorizar e dignificar a função pública, visa aumentar a produtividade às tarefas fiscalizadoras cometidas ao Tribunal de Contas, como também e principalmente, adaptar-se ao princípio de insonomia de vencimentos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 352/87

Acrescente-se onde couber, os seguintes artigos:

Art. ... - Aos servidores do Grupo Ocupacional Superior Efetivo - Anexo I, Tabela III, fica assegurada a percepção de uma verba de representação equivalente a 20% dos respectivos vencimentos, a partir da vigência desta Lei.

Art. ... - Acresce onde couber 1 cargo de Supervisor do Centro de Processamento de Dados, Símbolo - DAS-4.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 352/87

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. ... - Fica extensivo aos ocupantes dos cargos de Médico "A", Dentista "A", Jornalista "A", e Redator "A", do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa ao acesso aos cargos criados pelo Art. 1º, a Lei nº 8.425, de 05 de dezembro de 1986.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) LAURO LÔBO ALCÂNTARA.

Emenda do Deputado Lauro Lobo Alcântara (Lê a Emenda). Rejeitada.

Emenda do Deputado Anibal Khury (Lê... artigo 8º da Lei ocupando cargo técnico do Tribunal de Contas do Paraná). Rejeitada.

Emenda do Deputado Anibal Khury. (Altera distribuição de número de cargos... tabela um do anexo 1 de Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação: altera a tabela um do anexo 1). Em votação. Aprovada.

Emenda do Deputado Anibal Khury. (Inclui a tabela 2 no anexo 5...) Rejeitada.

Emenda do Deputado Anibal Khury. Aos servidores do grupo ocupacional superior efetivo, anexo 1, tabela 3, fica assegurada uma verba de representação... Rejeitada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem)- Já

estamos na Ordem do Dia, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sim Senhor.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - De nada.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 353/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 119/87), que reestrutura o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, composto de Cargos de Provisão Efetivo e em Comissão. (Altera a Lei nº 7.547 de 10.12.81). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Sobre o referido Projeto, emendas de Plenário em número de 02, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 353/87

Art. 1º- Dá nova redação ao Art. 9º do Projeto de Lei nº 353/87:

Art. 9º - São criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça os seguintes cargos em Comissão: 01 de Diretor de Departamento Símbolo DAS-3; 01 de Chefe do Cerimonial Símbolo DAS-5; 01 de Supervisor de Transporte e Manutenção Símbolo 2-C; e 01 de Supervisor do Fichário Confidencial da Magistratura Símbolo 1-C".

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A criação de um cargo de Diretor de Departamento, DAS-3, e um de Chefe do Cerimonial DAS-5, visa dotar a Secretaria do Tribunal de Justiça de uma configuração Organizacional mais adequada as suas necessidades Administrativas, melhorando sobremaneira a sua funcionalidade.

A proposição aliás, virá corrigir uma situação indesejada, eis que tais cargos, embora ainda não criados em Lei, existem apenas administrativamente dentro daquela Secretaria, por absoluta necessidade e por imposição da própria demanda dos serviços. Seus titulares, entretanto, nada recebem por exercê-los, inobstante a responsabilidade e a importância de seus misteres.

Nada mais justo, portanto, que a resolução deste problema, ingente seja imediata, com o acatamento da presente Emenda.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 353/87

Inclua-se, onde couber:

Art. ... - Aos servidores do Grupo Ocupacional Superior Efetivo - Anexo I, Tabela III, fica assegurada a percepção de uma verba de representação equivalente a 20% dos respectivos vencimentos, a partir da vigência desta Lei.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A gratificação de 20% aos servidores efetivos de nível superior da Secretaria do Tribunal de Justiça, alcançará tão somente os integrantes de cargos de apoio administrativo e técnico, fora da área jurídica.

A medida ora proposta visa permitir melhora razoável de seus vencimentos, diferenciando-os dos Escrivães do Crime e Oficiais de Justiça, os quais, no anteprojeto de Lei em exame, estão equiparados àqueles nos mesmos patamares de remuneração.

Diga-se de passagem, a providência ora sugerida constou, inclusive, do Anteprojeto de Lei encaminhado pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça ao Executivo.

Conclui-se, portanto, que se não for mantida aquela situação, a idéia geral da Administração daquela Corte em diferenciar os níveis de remuneração de servidores médios dos de nível superior, deixará de existir.

Ter-se-ia, assim, por exemplo, um Engenheiro Civil percebendo o mesmo vencimento básico pago a um Oficial de Justiça, e assim por diante.

Impõe-se, portanto, como medida mais do que justa, a aprovação da presente emenda.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu consulto a Vossa Excelência, se possível, quais as matérias já votadas na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Apenas o Projeto nº 352, do Tribunal de Alçada.

Estamos votando nº 353, do Tribunal de Justiça, o quadro e em 2.ª Discussão.

Emenda do Deputado Anibal Khury, que dá nova redação ao Artigo 9º, do Projeto nº 353. Em votação. Rejeitado.

Emenda do Deputado Anibal Khury - aos

servidores do Grupo Ocupacional, superior efetivo. Em Votação. Rejeitada.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 350/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 123/87), que visa majorar, a partir de 1º 01.88, os vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão e Funções Gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura do Magistério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em votação.

Sobre o referido Projeto, emendas de Plenário em número de 03, de autoria dos Senhores Deputados José Afonso Júnior e Tadeu Lúcio Machado, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 350/87
AO ARTIGO 15 DA EMENDA ADITIVA
APRESENTADA PELO GOVERNADOR DO ESTADO

Dá nova redação ao Art. 15, do Projeto de Lei nº 350/87.

Art. 15 - Ficam revogados o artigo 33 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, e os artigos 3º e 4º da Lei nº 8.290, de 07 de maio de 1986, respeitando-se rigorosamente os direitos adquiridos.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

EMENDA SUPRESSIVA À EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 350/87 ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 126/87, DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO.

Suprima-se as expressões contidas no Artigo 15 da Emenda Aditiva do Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 350/87

Substitua-se na Tabela XIII do Anexo I, onde se lê:

Procurador..... 46.026,13
Leia-se

Procurador..... 50.092,55
Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

Em discussão as Emendas:

Emenda da Assembléia Legislativa, alterando o quadro. Em votação. Aprovada.

Emenda do Poder Executivo, que altera a Tabela do Pessoal da Polícia Militar. Em votação. Aprovada.

Emenda de 3. Discussão de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Aprovada.

Emenda de 3. Discussão de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra, para discutir, ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente.

Esta Casa vive nestes dias que antecedem ao início do recesso Parlamentar, quadro parecido e idêntico aos dos anos anteriores, quando convocada extraordinariamente. É fácil observar-se na Ordem do Dia destas Sessões, 30, 40, 50 matérias na Ordem do Dia, de forma tal, que torna impossível a qualquer Parlamentar desta Casa, a qualquer bancada desta Casa, deter-se no estudo e na análise mais apurada que normalmente estas matérias exigem. Aliás, sobre isto, vejo ainda com tristeza porque eu acho até que é uma atitude de desconsideração com os Deputados, a inclusão na Ordem do Dia de hoje, de um Projeto de Lei, objeto de mensagem do Senhor Governador do Estado assinado na data de ontem e hoje milagrosamente já às nossas barbas, incluindo a Mensagem, o Projeto de Lei, na ordem do dia para que votemos logo em seguida. Até não sei se nesses 5 minutos ou pouco mais de sessão, já se aprovou também matéria de urgência ou dando-lhe caráter de Preferência de Votação. É até possível que já se tenha votado.

Nós temos nesses dias todos, prestado a melhor colaboração para com a bancada majoritária, nesta Casa, votando as matérias sem mesmo, até, insistir com a verificação de presença do quorum dos Senhores Parlamentares. Mas, há algumas coisas mínimas que têm que se respeitar nesta Casa. Essa Casa não é de ninguém, não tem dono.

O Senhor Governador do Estado anuncia que viaja para o Canadá e para o exterior à procura de recursos e fazer contatos com outros governos para propiciar recursos, formas e meios para construção da ferrovia, grande sonho paranaense.

O que nós aplaudimos Sua Excelência. E também soubemos officiosamente porque a Oposição não pode saber sequer se o Governador vai convocar a Assembléia ou não, estando agora já na penúltima semana do período. Nos consta que Sua Excelência o Governador não pretende convocar a Assembléia Extraordinariamente.

Eu acho ótimo, eu pessoalmente, e nós todos concordamos que o Senhor Governador não convoque a Assembléia, por evidentemente, não ter necessidade da sua convocação.

Mas é preciso que nós parlamentares, não eu pessoalmente por ser Líder de uma Bancada, embora pequena, de Oposição, mas isto é norma da Casa, é ética parlamentar. Não se pode tratar assim a todos constantemente e continuamente. O PMDB tem dois terços nesta Casa ajudado pela Bancada do PTB que cresce e o seu quadro se desenvolve em função da ajuda do Senhor Governador, certamente não tem necessidade a Bancada governista dos votos do PFL, do PDT, do PT e do PDS, mas que pelo menos nós sejamos informados de algumas coisas, pelo menos no que diz respeito à administração interna desta Casa.

Portanto, não posso aceitar de como as coisas são colocadas.

Mas, a matéria específica que me traz à tribuna é a mensagem do Senhor Governador com relação ao reajuste de vencimentos dos funcionários públicos, civis, militares do Estado.

O Deputado Rafael Greca ontem desta tribuna fez algumas considerações, ligeiras, considerações e disse ele que observava, e essas informações, também, até nem sei se procedentes, porque foi de uma leitura ligeira, superficial, de que os funcionários de maior vencimento foram os maiores beneficiados.

Provavelmente, nesta questão de vencimentos, lembro-me, certa oportunidade, quando era 1º Secretário da Casa, em contacto com os Secretários da área responsável pela Secretaria da Administração, Planejamento e Casa Civil, era Governador Ney Braga, me lembro de uma recomendação de Sua Excelência, o Governador Ney Braga: "O reajuste que nós vamos dar é o maior possível ao erário. Recomendo que se estude o maior percentual possível para que se dê ao funcionalismo público estadual".

Porque é evidente que os Governadores, acho até que de forma geral pretendem eles, pretendeu Ney Braga, Jaime Cannet, José Richa e agora Álvaro Dias, dar o máximo possível, mas há impedimentos, não só legais, principalmente o financeiro e o econômico. Quero crer que o Senhor Álvaro Dias também tenha recomendado para os seus Secretários da área responsável, que se desse o máximo de percentual de aumento aos funcionários do Estado. Mas, nós sabemos que o Paraná não se distancia muito dos outros Estados do País, onde o empreguismo, e a politicagem já alguns Governadores de algum tempo para cá, têm sacrificado a tal ponto o erário dos Estados, que, muitos deles, no Brasil, apenas arrecadam para pagar a folha de seu pessoal, tendo inclusive, alguns Estados que nem para isso recebem e arrecadam. E esta politicalha, este empreguismo, esta má gerência da administração pública também alcançou o Paraná, não a tal ponto, mas não

estamos muito distantes, porque ainda no final do Governo José Richa, o seu Governo declarava que ia cerca de 90% do ICM para pagar a folha de pessoal.

Daí, sem entrar muito no mérito, Senhores Deputados, se o percentual é o que o Governo do Estado anuncia ou não, os números que temos não conferem, obviamente, com os números anunciados pelo Governo do Estado. Mas, há muita pressa para que se vote isso, ninguém pode ver muito, e porque estamos sabendo que o Deputado, Líder do Governo, ainda hoje, no Bom-Dia Paraná, falou que, se perguntado, se alguma coisa mudava ou devia mudar na Mensagem, num Programa em que participara com o Deputado Rafael Greca, que nada ia mudar. Se nada vai mudar, por que falar sobre o assunto? Mas, o que nós vamos conhecer, será evidentemente a partir de janeiro, estes números, estes percentuais anunciados, se são o que se anuncia ou não.

Sobre o assunto ainda Senhores Parlamentares, Senhores Deputados, há no Brasil por parte dos municípios e mesmo dos estados, movimento, reivindicação antiga, que chegou a conquistar a atenção dos Parlamentares, dos Constituintes integrantes da Comissão de Sistematização, na questão da reforma tributária, em que municípios e estados serão beneficiados com a participação maior no bolo da Receita da União, o que me parece indiscutível, particularmente no que diz respeito aos municípios. Mas lá também só reforma nada vai resolver se o dinheiro público não for bem administrado e bem aplicado, particularmente na questão do empreguismo que solapa a economia nacional.

O Governador Álvaro Dias desde o início de seu Governo não se cansa em proclamar governo de austeridade, que não admite corrupção em seu governo e tem tomado providências enérgicas neste sentido, o Paraná todo assiste. Mas algumas coisas não conferem no discurso do Senhor Governador e na prática, quando ele vem se referindo reiteradas vezes a "marajás", a "altos salários", a preocupação com os recursos do Estado dispendido com o seu quadro de funcionários.

O Governador tomou duas iniciativas. Duas iniciativas, objetivas práticas. A primeira, foi a de ter encaminhado a esta Casa a Mensagem 96/87, agora recentemente, sobre o reajuste residual, ainda, dos funcionários, e que procurava ele no artigo 2º, do seu Projeto de Lei, estabelecer um limite para os vencimentos maiores dos funcionários do Estado. É a mensagem 96/87, que tinha apenas quatro artigos. O artigo 2º, dispunha o seguinte: "O disposto no artigo 1º, desta Lei não se aplica no corrente exercício, aos servidores em geral, ativos, inativos e pensionistas,

inclusive de outros poderes ou quadros, que perceberam no mês de agosto, a qualquer título remuneração, vencimentos, proventos ou benefícios superiores a 100 mil cruzados, excluídas as cotas de salário família e diferenças de remuneração, decorrente do Decreto 774 de 30 de maio de 1987, relativa a Mesas anteriores. Não vou fazer a leitura dos outros artigos, porque é dispensável. O que eu queria dar ênfase é que pelo Artigo 2º, o Senhor Governador, como uma atitude positiva e objetiva para limitar os vencimentos maiores do Estado, no que ele certamente denomina de "marajá", em segunda discussão de sua Mensagem aqui, nesta Casa, uma Emenda de autoria do ilustre Líder da Bancada Caíto Quintana, pôs por terra, liquidou o artigo 2º quando ele, acrescentando o parágrafo 3º, dizia "que não serão levados em conta para efeito deste artigo, a gratificação especial instituída pela Lei 770 ..." e aí por diante.

A Assembléia votou a emenda do Deputado Caíto Quintana e o Senhor Governador do Estado sancionou. Como foi? Sem qualquer restrição. Daí ficou bem Sua Excelência o Governador, dizendo que queria estabelecer limites para o funcionário público "marajá", mas a sua Bancada alterava a Lei e ele, Sua Excelência, o Governador sancionava sem qualquer restrição.

Mas não ficou aí, Senhores Deputados. Em seguida, logo após, este Deputado recebeu ofício da Associação dos Servidores Públicos do Estado, solicitando a atenção deste Deputado e deve ter feito a todos nós, 54 Parlamentares desta Casa, para a Mensagem Governamental 99/87. O que propunha a Mensagem e eu não tinha sequer a Mensagem como Líder da Bancada, mas já o Presidente da Associação fazia o expediente pedindo para que nós nos alertássemos com relação a proposta do Senhor Governador.

O Senhor Governador propunha uma emenda a Constituição do Estado, e, por ser suscinta, permito-me ler:

"O Artigo 78, da Constituição do Estado do Paraná, acrescido de parágrafo único, vigorará por ocasião da implantação do Plano Geral de Cargos e Salários a ser instituído por Lei, com a seguinte redação, ficando então o § 1º do Art. 70".

"Artigo 78: - Os funcionários públicos não poderão perceber vencimentos inferiores ao salário mínimo, nem remuneração ao limite fixado em Lei".

"Parágrafo Único: - Toda vantagem concedida aos funcionários públicos, incidirá sempre sobre o vencimento básico do cargo, vedada a incidência recíproca de vantagens".

O que queria com isso o Senhor Governador do Estado? Queria estabelecer um li-

mite máximo de remuneração dos servidores e diz ele, ainda, isto como condição indispensável a fim de que se possa implantar no serviço público estadual uma política salarial equânime, calcada em parâmetros bem definidos.

E o que aconteceu, Senhores Parlamentares, com essa proposta do Senhor Governador? O que aconteceu? Não sei. Desapareceu a proposta e a Mensagem também. Mais uma vez voltou o Governo do Estado a persistir no seu propósito, de sanar, pelo menos, dos Quadros do Estado, os funcionários de salário e de remuneração superior, ao que deveriam ganhar, no seu entendimento.

É por isto e por outras coisas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que não podíamos deixar de vir à tribuna para, embora a Bancada do PMDB não admitindo nenhuma Emenda por antecipação, falar que nós não concordamos com tudo que aqui está e com tudo que aqui acontece.

Nós temos ofício do Sindicato dos Professores do Estado do Paraná, que também, fazendo referência aos índices salariais de reajuste, em seus vencimentos, não estão satisfeitos.

Temos em mãos também, xeróx, cópias de ofício dos Professores e Funcionários da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, dirigido ao Secretário Especial de Ensino Superior, também discordando e, uma coisa importante aqui, uma das decisões, dizem eles no Ofício, ao ilustre Secretário, que decidiram eles Professores e Funcionários, pela isonomia salarial com as Universidades Estaduais.

É o que tratou a Emenda que apresentamos ainda ontem e foi vencida, nesta Casa.

É neste clima, Senhores Deputados, que nós comparecemos numa sexta-feira quando normalmente não são realizadas sessões, com Mensagens dessa importância, que alteram o Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça; alteram, em que?

Há outra Mensagem alterando também profundamente, o Quadro dos Funcionários do Tribunal de Alçada.

Uma outra Mensagem, sobre a Polícia Civil e nesta, até Sua Excelência o Senhor Governador atende a uma reivindicação das mais antigas da classe, que é o risco de vida do pessoal integrante da Polícia Civil do Estado.

E a Mensagem maior, que alcança todos os Funcionários do Estado.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pouca coisa realmente a Oposição tem a fazer nesta Casa, porque ela não muda numericamente em nada, as Propostas que aqui tramitam, mas quase todas elas, aprovadas ou não nesta Casa, teriam outro resultado se os Deputados da oposição não

comparecessem e não permanecessem, não participassem dos resultados desta Casa!

Concluindo, Senhor Presidente, somente agora, futuramente, em futuro bem próximo, logo mais, é que saberemos se os números anunciados, divulgados pelo Palácio Iguaçu são realmente o que de fato e de concreto os funcionários haverão de receber. Nós vamos acompanhar de perto e com atenção e voltaremos, certamente, a falar sobre o assunto, no próximo período que se aproxima, de 1988.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Concederei com prazer, antes porém consultaria o nobre Deputado Caíto Quintana, se deseja ainda, aparte?

Declina.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Basílio Zanusso, o pronunciamento de Vossa Excelência, e apenas solicitei o aparte porque tive o meu nome mencionado. Eu não disse claramente ou textualmente que nada seria modificado, nada seria alterado. Tanto é verdade, que esta Casa mesmo, os funcionários desta Casa, acabaram tendo um percentual de aumento menor do que os outros Poderes, e nós entendemos que isso não é correto.

Entendemos também Deputado que foi realizado um trabalho muito grande pela equipe da Secretaria da Administração, pelo Secretário Mário Pereira, nosso companheiro Deputado, no sentido de dar um aumento maior para o Quadro Geral do Estado, 40 mil funcionários, que sempre ganharam muito pouco. Eu dou um exemplo para Vossa Excelência: Um motorista ou servente da COPEL, da SANEPAR, da FUNDEPAR, até pelo "Lobby", que essas empresas conseguem montar, através de associações e sindicatos, poderiam estar ganhando até 14, 15 mil cruzados, enquanto que um do Quadro Geral não passava dos 5 mil cruzados. E a preocupação foi reestruturar o Quadro Geral que estava ao longo de muitos e muitos anos, passando inclusive pelo Governo anterior - se me permite o termo, nobre Deputado -, uma verdadeira esculhambação, de uma letra para outra, o aumento salarial às vezes não chegava a 50 cruzados.

E o que pretendeu nessa primeira fase de atividade, o Secretário Mário Pereira, foi justamente estabelecer um quadro condizente, e o maior aumento foi para o Quadro Geral, espaçando entre uma letra e outra, um aumento de 4%, espaçando um aumento que era irrisório entre o colegial e o nível superior, que muitas vezes não chegava nem a este percentual. E no Quadro Geral, nobre Deputado, um cidadão com cur-

so superior, PHD, mestrado no Exterior, não passava de 31 mil cruzados e chegaria a janeiro, portanto, com o máximo de 44 mil cruzados. Por isso, é que os quadros do Estado acabaram ficando defasados em qualidade, e houve na realidade uma reestruturação em todo o quadro de funcionalismo.

Ainda hoje na televisão, se Vossa Excelência acompanhou o programa, nós abordávamos os vários ofícios recebidos de engenheiros do Estado, de motoristas do estado, de outras atividades de funcionários do Estado também, agradecendo o Governo do Estado pelo aumento, que variou de 72% a 177%, com um aumento médio de 108% e comprovadamente privilegiando, nobre Deputado, aqueles de menor salário. Tanto é verdade, que o maior percentual de aumento no Quadro Geral, foi justamente para o 1º nível, que seria o nível de servente, que chegou ao maior percentual do aumento; e o menos foi justamente para os cursos superiores, para quem tem nível superior portanto, que tiveram aumento consubstancial, mas sempre com percentual menor do que o 1º nível. Então, foi um ano, nobre Deputado, de reestruturação, de reajuste, porque o Estado do Paraná, é bom que se registre, foi o único que pagou em dia os gatilhos, foi o único que pagou em dia os resíduos. Foi, enfim, o Governo que procurou acompanhar a defasagem salarial. E o aumento previsto para janeiro, nobre Deputado, seria na ordem de 26%, talvez chegasse a 27%, mas como a inflação de junho, dos 15 dias de junho, acabou sendo engolida magicamente lá em Brasília, o Governo dá um aumento para todas as categorias de 40% no mês de janeiro, com as devidas reposições de agosto a dezembro, com uma estimativa de 10% para o mês de dezembro. Eu não sou "expert" no assunto, apenas aproveitei a oportunidade. E gostaria também de dizer a Vossa Excelência que discordo completamente do pronunciamento de Vossa Excelência, quando coloca que, nós não precisamos da participação do PFL, que nós não precisamos da participação das Oposições nesta Casa.

Muito pelo contrário, nobre Deputado, nós estamos mantendo aqui, Deputado Líder da Bancada, Caíto Quintana, nossa Bancada, a própria Mesa da Casa; temos tentado da melhor maneira possível discutir, e por que não aqui na Assembléia Legislativa; mas, discutir com muito respeito, respeitando o Partido de Vossa Excelência, respeitando os demais Partidos que aqui se encontram e até por motivo muito simples: eu também já fui Oposição aqui, já fui minoria, não esmagadora, mas esmagada minoria, e aprendi a conviver com os dois lados, nobre Deputado; e por isso, dedico a Vossa Excelência, um respeito especial,

até uma profunda admiração como tenho o mesmo espírito pelas Bancadas de Oposição nesta Casa.

Então, eu não apoio este aspecto de vosso pronunciamento, mesmo porque, as Oposições sempre serviram para aprimorar o debate, para aprimorar o diálogo, e acima de tudo, para tentar fazer deste País, uma verdadeira democracia.

Muito obrigado, pela oportunidade.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Deputado Nestor Baptista. Eu fiquei também, cerca de doze anos, três legislaturas, tendo no Palácio Iguazu, o chefe lá do Executivo, do meu Partido. E esses doze anos têm aqui o Líder, por longos anos, da minha, então, Bancada, Deputado Erondy Silvério.

Eu tenho procurado, ao longo da minha vida ser coerente, pelo menos, coerente. Sabe o Deputado Erondy Silvério, que em algumas oportunidades, até contra a minha vontade pessoal, votei na orientação do Partido.

Por isso, que inicialmente também falei das limitações, impostas pela condição financeira e econômica, o Senhor Álvaro Dias, para provavelmente, se pretendesse, dar um percentual maior de aumento aos funcionários.

Agora, e com relação à estima, que Vossa Excelência manifestou a este Deputado, é recíproca; mas, quero também dizer que eu discordo, quando Vossa Excelência diz que é fazer justiça, dar percentual maior, a quem ganha mais.

No meu entendimento, justiça se faria melhor, se desse remuneração maior para quem tem vencimento menor.

E, quando também falou o Deputado Nestor Baptista, que antes era uma esculhambação, parece, foi a sua expressão, que o quadro de funcionários, e que agora estava se pondo ordem, eu não duvido até, que esteja o Secretário da Administração procurando pôr a Casa em ordem, melhorar o quadro dos funcionários, organizando-o. Mas, agora também, presentemente nós estamos aqui com 4 Mensagens tratando de funcionamento público, Tribunal de Alçada, Tribunal de Justiça, Poder Executivo, com Emendas que alcançam o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas.

Mas, de qualquer forma, este Deputado compreende, Deputado Nestor Baptista, o seu papel, e a sua competência, com que desempenha a Liderança do Governo, nesta Casa.

Eu concedo o aparte, se pretender, ao Deputado Caíto Quintana, que havia solicitado anteriormente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Declino, Excelên-

cia.

n. 141, de 26.11.87, Mensagem).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Consulto o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Basílio Zanusso, quero, antes de mais nada, me penitenciar perante este Plenário, pelo meu atraso a esta sessão, e pretendia também, encaminhar alguma discussão, com relação às Mensagens que foram enviadas para a Casa, mas, devo também confessar que, estou bastante preocupado com o que diz respeito à minha carreira profissional, e por isso, ela tem me tomado, praticamente estes últimos dias.

Mas, quero dizer que faço minhas, as suas palavras; concordo plenamente, porque Vossa Excelência, da maneira como que Vossa Excelência se posiciona na tribuna, das cobranças, do comentário que fez, a respeito do aumento que foi dado por Sua Excelência o Governador do Estado. Quero dizer que estou totalmente solidário as suas palavras e que repito mais uma vez, faço minhas as suas palavras.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência mesmo porque a Bancada de Vossa Excelência pronunciou-se ontem pela sua Liderança, e ainda hoje tive oportunidade de ver, como disse anteriormente, no Programa Bom Dia Paraná, o ilustre Deputado Nestor Baptista com o Deputado Líder da Bancada do PMDB, Rafael Greca, PDT, corrijo, e que daquela discussão esse Deputado compreendeu perfeitamente o povo do Paraná, qual o posicionamento de um e de outro Partido.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Em votação. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 351/87, de autoria do Poder Executivo - (Mensagem n. 124/87), que objetivava alterar a redação dos incisos IV e V do Art. 84, das Subseções IV e V do capítulo II, título III e dos Arts. 88 e 89 da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 361/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 125/87), que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 8.216, de 31.12.85, que dá disciplinamento ao IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículo automotores. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 361/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei é oriundo da Mensagem Governamental n. 125/87, e objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 8.216, de 31.12.85, que dá disciplinamento ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e fixar, para o exercício de 1988, a base de cálculo do mencionado tributo.

A iniciativa da presente matéria está plenamente de acordo com o disposto na Constituição, nada havendo, portanto, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 361/87

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei é oriundo da Mensagem Governamental n. 125/87, e tem por objetivo alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 8.216, de 31.12.85, que dá disciplinamento ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e fixar, para o exercício de 1988, a base de cálculo do mencionado tributo.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto legal e constitucional, deu parecer favorável a matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação da matéria por esta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 236/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 77/87), objetivando instituir a Escola de Música e Belas Artes do Para-

na, entidade autárquica, com autonomia administrativa, financeira e técnica, como resultado da incorporação das unidades Administrativas de Nível Subdepartamental denominadas Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná. Aprovado. (Public. no DA. n. 98, de 15.09.87, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 342/87, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 105/87), que objetiva incluir no texto do "caput" do art. 1º da Lei n. 8.492, de 30.06.87. O vocábulo "Correntes". Aprovado. (Public. no DA. n. 135, de 18.11.87, Mensagem).

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 117/83, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA SAGRADA FAMÍLIA, com sede e foro no Município de Xambrê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 236/86, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER - ENSINO DE 1º GRAU, no Município de Marumbi, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 26/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, dispondo que o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro Geral, uma vez eleitos, ficarão automaticamente à disposição da FEDERAÇÃO DE ENTIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ - FESPEP, sem nenhum prejuízo funcional. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 155/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE GUARAPUAVA, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 166/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 59/87, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jandaia do Sul, os Lotes que especifica com área de 4.011,53 m² situados naquele Município, conforme matrícula n.º 1707, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul. Com PARECERES FAVO-

RÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 167/87, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n.º 63/87, que dá nova redação ao art. 2º da Lei n.º 7.682 de 08/12/82. (Os imóveis objeto da doação de que trata esta Lei destinam-se, exclusivamente, à construção de residências para famílias de baixa renda, de um asilo para velhos e escola profissionalizante. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 209/87, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MISSAL, com sede e foro no Município de Missal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 215/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o LAR DOS VELHINHOS BOM SAMARITANO, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 216/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública o GRÊMIO ESPORTIVO MARNA, com sede e foro no Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 272/87, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que cria o Município de Iguaçu, o Distrito Administrativo de Ângulo com sede correspondente ao atual Distrito Judiciário, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 275/87, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcântara, que declara de Utilidade Pública a CASA DA CULTURA DE PATO BRANCO, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 281/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA CRIANÇA FELIZ, com sede e foro na Cidade de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 283/87, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE TOMASINA - CODECOM, com sede e foro no Município de Tomasina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 288/87, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na Cidade de Capitão Leônidas Marques. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 291/87, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Rodrigues Lopes Júnior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 293/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública O CENTRO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO DANTE ALIGHIERI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 296/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE ESPÍRITA MISSIONÁRIOS DO MESTRE, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 297/87, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre divulgação das apreensões de veículos automotores furtados, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria e C.S.P., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Em votação.

Em votação a Emenda.

Rejeitada.

Em votação o Projeto. Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso (Pela Ordem) - Qual o Projeto que estamos discutindo?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Item 20 da pauta, Projeto 297/87.

O Sr. Basílio Zanusso - Item?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vinte.

O Sr. Basílio Zanusso - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação o Projeto. **Aprovado.**

O Sr. Nestor Baptista (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O Sr. Algaci Túlio (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere. O Senhor Primeiro Secretário procederá à chamada nominal.

O Sr. Algaci Túlio - Senhor Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

Cinco Senhores Deputados aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Treze Senhores Deputados rejeitaram.

Não há quorum para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declara encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para segunda-feira, dia 30, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 297/87.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 337/87.

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 350/87.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 351/87 e dos Projetos de Lei nº 302, 303, 309, 318, 321, 327, 352 e 353/87 e do Projeto de Resolução nº 51/87.

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nº 89, 183, 300, 305, 308, 329 e 361/87 e dos Projetos de Resolução nº 74, 75, 76, 77, 79, 87, 88 e 89/87.

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nº 268/66, 27, 74, 102, 116, 165, 225, 277, 292, 304 e 325/87 e dos Projetos de Resolução nº 30, 81, 82, 83, 91, 92 e 93/87.

Marca ainda, uma Sessão Solene, para às 17:00 horas, para a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Theobaldo Vitório Machado.

Levanta-se a sessão.